

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder. Em 30 de julho de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, o Banco do Brasil e a MAPFRE, em 26 de junho de 2018. Após aprovação pela SUSEP, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram em 30 de novembro de 2018, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do 2º aditivo ao acordo de parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE.

A partir de 30 de novembro de 2018, as empresas BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A. são a MAPFRE novo Grupo Brasilseg.

## Prêmios emitidos

Em 2018, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 7.373,3 milhões, crescimento de 6,5% em relação ao exercício anterior, impactado pelo crescimento nas vendas do seguro prestamista, alavancado em 17,4% em relação à 2017 e pelo crescimento de 6,7% da carteira de agronegócios e habitacional, em relação ao ano anterior.

A Companhia possui liderança na carteira de Agronegócios, com volume de prêmios emitidos que representam 62,8% de participação no mercado e 3ª posição na carteira de seguros de pessoas com 11,7% de participação (Fonte SUSEP - dados disponíveis até dezembro de 2018).

## Despesas administrativas

No exercício de 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 4,7%, com redução de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>6.981.960</b>	<b>6.852.242</b>
Disponível	2	2.025	142
Caixa e bancos	5	2.025	142
<b>Equivalentes de caixa</b>		<b>16.282</b>	<b>31.560</b>
Aplicações	6	3.844.430	3.864.131
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.513.599</b>	<b>1.420.331</b>
Prêmios a receber	8	1.301.083	1.282.007
Operações com seguradoras		20.167	296
Operações com resseguradoras	9a	192.349	137.948
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>28.229</b>	<b>190.640</b>
<b>Outros de resseguro e retrocessão</b>		<b>9a 665.755</b>	<b>503.722</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>80.792</b>	<b>106.280</b>
Títulos e créditos a receber	11a	4.190	34.512
Créditos tributários e previdenciários	26b	52.706	48.565
Outros créditos	11b	23.896	23.203
<b>Outros valores e bens</b>		<b>833</b>	<b>452</b>
Bens a venda		559	154
Outros valores		8713	10.466
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>820.702</b>	<b>724.518</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>820.702</b>	<b>724.518</b>
Seguros	19	5.369.040	5.251.602
<b>Ativo não circulante</b>		<b>5.196.727</b>	<b>5.033.186</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>6 5.196.727</b>	<b>5.033.186</b>
<b>Aplicações</b>		<b>2.213.548</b>	<b>1.998.174</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>892.218</b>	<b>974.827</b>
Prêmios a receber	8	892.218	974.827
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>		<b>9a 45.664</b>	<b>47.006</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>1.054.355</b>	<b>1.118.673</b>
Créditos tributários e previdenciários	26b	169.618	220.295
Depósitos judiciais e fiscais	23	884.737	898.378
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>19 990.945</b>	<b>894.506</b>
Seguros		990.945	894.506
<b>Investimento</b>		<b>823</b>	<b>911</b>
Participações societárias		823	906
Outros investimentos		5	5
<b>Imobilizado</b>		<b>12 55.348</b>	<b>79.371</b>
Imóveis de uso próprio		36.185	51.235
Bens móveis		19.163	27.356
Outras imobilizações		116.142	138.134
<b>Intangível</b>		<b>13 116.142</b>	<b>138.134</b>
Outros intangíveis		116.142	138.134
<b>Total do ativo</b>		<b>12.351.000</b>	<b>12.103.844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O plano de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 393,6 milhões, com redução de 26,7% em relação ao ano anterior. As receitas financeiras atingiram o patamar de R\$ 443,1 milhões, com redução de 29,1% em relação ao ano anterior, impactada principalmente pela redução da taxa SELIC média do período.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 49,5 milhões, com redução de 43,8% em relação ao exercício anterior. Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 934,1 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

## Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2018 foi de 73,9%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de 70,2%, aumento de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior.

## Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.506,6 milhões, aumento de 0,4% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 2.156,05 em 2018 e R\$ 2.147,87 em 2017. Em 2018 tivemos a reversão integral do valor da PCC, que era constituída especificamente para o produto Ouro Vida Revisado.

## Investimentos e novos negócios

Os investimentos realizados no exercício de 2018, no montante de R\$ 24,8 milhões, foram destinados à aquisição de sistemas de informática, equipamentos, móveis, veículos e outros ativos.

## Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:  
*i.* cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;  
*ii.* prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;  
*iii.* obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e  
*iv.* distribuição à Aciomista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.

No exercício foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 1.503,3 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R\$ 1.443,3 milhões e R\$ 60,0 milhões, respectivamente, em reuniões realizadas em 08 de janeiro, 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio, 11 de junho, 20 de agosto, 10 de setembro e 10 de dezembro de 2018. Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos	25b	7.373.338	6.920.416
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		58.462	(147.624)
<b>(e) Prêmios ganhos</b>	<b>25a</b>	<b>7.431.800</b>	<b>6.772.792</b>
(+) Receita com emissão de apólice	25c	10.120	10.255
(-) Sinistros ocorridos	25d	(2.407.041)	(2.067.478)
(-) Custos de aquisição	25d	(2.137.251)	(1.869.353)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(248.858)	(318.272)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	25f	(94.065)	(240.331)
(+) Receita com resseguro		681.711	637.863
(-) Despesa com resseguro		(775.776)	(878.194)
(-) Despesas administrativas	25g	(349.134)	(329.565)
(-) Despesas com tributos	25h	(253.311)	(207.736)
(+) Resultado financeiro	25i	393.581	537.303
(+) Despesas financeiras		(443.099)	625.343
(-) Despesas financeiras		(49.518)	(88.400)
(+) Resultado patrimonial		57	20
<b>(e) Resultado operacional</b>	<b>2.345.898</b>	<b>2.287.635</b>	
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4.754	1
<b>(e) Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>2.350.652</b>	<b>2.287.636</b>	
(-) Imposto de renda	26a	(371.538)	(327.767)
(-) Contribuição social	26a	(459.109)	(446.560)
(-) Participações sobre o resultado		(13.435)	(12.459)
<b>(e) Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.506.570</b>	<b>1.500.850</b>	
(f) Quantidade de ações		698.763	698.763
(g) Lucro líquido por ação		2.156,05	2.147,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.506.570</b>	<b>1.500.850</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>12.642</b>	<b>15.274</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	22.985	27.770
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(10.343)	(12.496)
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>1.519.212</b>	<b>1.516.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	1.506.570	1.500.850
<b>Ajustes para:</b>	<b>2.028.654</b>	<b>2.154.538</b>
Depreciação e amortizações	45.031	40.992
Variação dos custos de aquisição diferidos	(192.623)	(25.744)
Ativos fiscais diferidos	(10.344)	30.122
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(53.906)	59.582
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 2b)	2.237.507	2.050.826
Ganhos ou perdas	(4.754)	(1)
Juros pagos sobre arrendamento	(3.590)	(3.305)
Outros ajustes	11.333	2.066
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(1.191.288)</b>	<b>(1.108.077)</b>
Aplicações	(189.466)	(198.239)
Créditos das operações de seguros e resseguros	37.079	219.706
Ativos de resseguro e retrocessão	(160.690)	(35.080)
Créditos tributários e previdenciários	56.880	(56.627)
Despesas antecipadas	5.343	5.556
Outros ativos	191.023	(51.968)
Depósitos e créditos e fiscais	13.641	(47.269)
Impostos e contribuições	781.806	805.899
Obrigações a pagar	(17.588)	(39.310)
Débitos de operações com seguros e resseguros	112.789	102.659
Depósitos de terceiros	(3.357)	(46.919)
Provisões técnicas - seguros (nota 2b)	(1.990.349)	(1.861.667)
Provisões judiciais	(47.488)	80.461
Outros passivos	6.447	(5.563)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	12.642	15.274
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>2.343.936</b>	<b>2.547.311</b>
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(367.503)	(353.824)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(490.022)	(466.005)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.486.411</b>	<b>1.727.482</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>	<b>19.302</b>	<b>5.778</b>
Investimentos	88	5.496
Imobilizado	19.214	282
Intangível	-	-
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(24.809)</b>	<b>(34.301)</b>
Imobilizado	(9.384)	(6.187)
Intangível	(15.425)	(28.114)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(5.507)</b>	<b>(28.523)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.494.299)	(1.682.355)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.494.299)</b>	<b>(1.682.355)</b>
<b>Redução/(aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.395)</b>	<b>16.604</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>31.702</b>	<b>15.098</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>18.307</b>	<b>31.702</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

as classificações de administradas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas e alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendiam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nesta categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos autorizados, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e contínuas

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>655.745</b>	<b>131.149</b>	<b>947.931</b>	<b>(4.244)</b>	-	<b>1.730.581</b>
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	15.274	-	15.274
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	-	-	(424.000)	-	-	(424.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	-	-	(150.100)	-	-	(150.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 03 de abril de 2017	-	-	(98.000)	-	-	(98.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	-	-	(128.700)	-	-	(128.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(147.131)	-	-	(147.131)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.500.850	1.500.850
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	-	-	(21.269)	(21.269)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em						

← continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **6) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas em B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR), conforme determina a Circular SUSEP nº 54/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, baseada em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. O percentual de RVR por *aging* é calculado através da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos *agings* de prêmios vencidos e, conforme orientação da SUSEP na Circular 54/2016, a metodologia faz tratamento para as parcelas vencidas de um devedor em atraso (arrasto). O referido estudo foi adotado a partir de junho de 2018, e anteriormente a esta data, a Companhia, utilizava-se dos critérios de apuração da redução ao valor recuperável determinados na Circular SUSEP 54/2016. A mudança da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável, não teve impacto significativo para as demonstrações financeiras. Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de resseguro aceito e, sendo assim, a RVR para esses riscos é calculada seguindo a Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 54/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 15 meses. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionado a equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 36 e 60 meses. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgado na nota explicativa nº 12. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 13. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

**i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

**j) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados à distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **k) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d *ii*. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG) é constituída pela parte do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PNGVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. Seguindo orientação da SUSEP - Sinistros *versus* Outros despesas operacionais, disponibilizada em julho de 2018, houve a migração do saldo das ações judiciais classificadas como Provisões de Outras Contingências Cíveis - POC para PSL, exceto para os casos oriundos de Dano Moral não contratado e Assistência que deverão ser mantidos como POC. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovêteis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2015), resultando na sinistralidade de 31,05% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcovêteis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNER. Após a publicação da Circular SUSEP nº 53/2016 em dezembro de 2016, em alteração à Circular SUSEP nº 51/2015, tornar-se-á obrigatória a partir de 31 de dezembro de 2019 a compensação dos resultados parciais dentro das segregações previstas na Circular SUSEP nº 51/2015. Isto implica que os resultados dos produtos deficitários devem ser compensados pelos resultados dos produtos superavitários, dentro do mesmo fluxo de cálculo do TAP. A Companhia efetuou a adoção deste requerimento de maneira antecipada, conforme faculdade prevista na norma, na data-base de 30 de junho 2018, ocasião em que, adicionalmente, foram considerado no cálculo do TAP, horizonte temporal de um ano para o produto OVR (Ouro Vida Revisado) conforme prazo de vigência da apólice e avaliações da Companhia. O resultado do teste de adequação de passivos realizado de acordo com os critérios acima descrito não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2018. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como *despesas de benefícios* a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outros receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FSR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de proprie-

dade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo utilizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: Risco de subscrição; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A gestão de riscos eficaz deve ser dinâmica, interativa e de caráter proativo às mudanças relacionadas a eventos internos e externos que modifiquem o contexto e o posicionamento da Brasilseg, compreendendo abordagens quantitativas e qualitativas, organizadas e integradas. Foi estabelecido um modelo de Governança de Riscos para as empresas da Brasilseg, envolvendo desde as Unidades Operacionais até a Alta Direção, permeando as três linhas de defesa, tendo sido designados papéis específicos para os diversos atores. Cabe, em última instância, ao Conselho de Administração zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e aprovar o Apetite por Risco e a Política de Gestão de Riscos. É de responsabilidade da Administração monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos, Auditoria Interna e Comissão de Riscos, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada 3 anos. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece, assim, análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. Essa abordagem, multi-camadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identi-

Região geográfica	Bruto de Resseguro (**)						Líquido de resseguro (***)									
	Vida	Rural	Demais	%	Total	%	Vida	Rural	Demais	%	Total	%				
Centro-Oeste	702.638	9%	901.130	12%	37.069	1%	1.640.837	22%	702.067	10%	591.471	9%	36.628	1%	1.330.166	20%
Nordeste	773.519	10%	231.896	3%	53.214	1%	1.058.629	14%	773.520	12%	162.632	2%	52.469	1%	988.621	15%
Norte	231.860	3%	140.221	2%	13.137	0%	385.218	5%	231.860	4%	110.469	2%	12.790	0%	355.119	6%
Sudeste	1.686.687	23%	678.022	9%	118.040	2%	2.482.749	34%	1.675.567	26%	551.123	8%	117.557	2%	2.344.247	36%
Sul	772.624	11%	934.809	13%	51.077	1%	1.758.510	25%	772.625	12%	682.283	10%	50.818	1%	1.505.726	23%
<b>Total</b>	<b>4.167.328</b>	<b>56%</b>	<b>2.886.078</b>	<b>39%</b>	<b>272.537</b>	<b>5%</b>	<b>7.325.943</b>	<b>100%</b>	<b>4.155.639</b>	<b>64%</b>	<b>2.097.978</b>	<b>31%</b>	<b>270.262</b>	<b>5%</b>	<b>6.523.879</b>	<b>100%</b>

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 702.638 9% 901.130 12% 37.069 1% 1.640.837 22% 702.067 10% 591.471 9% 36.628 1% 1.330.166 20%

Nordeste 773.519 10% 231.896 3% 53.214 1% 1.058.629 14% 773.520 12% 162.632 2% 52.469 1% 988.621 15%

Norte 231.860 3% 140.221 2% 13.137 0% 385.218 5% 231.860 4% 110.469 2% 12.790 0% 355.119 6%

Sudeste 1.686.687 23% 678.022 9% 118.040 2% 2.482.749 34% 1.675.567 26% 551.123 8% 117.557 2% 2.344.247 36%

Sul 772.624 11% 934.809 13% 51.077 1% 1.758.510 25% 772.625 12% 682.283 10% 50.818 1% 1.505.726 23%

Total 4.167.328 56% 2.886.078 39% 272.537 5% 7.325.943 100% 4.155.639 64% 2.097.978 31% 270.262 5% 6.523.879 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237 2% 11.796 0%

Sudeste 1.491.359 22% 609.044 9% 106.824 2%

Sul 735.415 11% 909.048 13% 45.453 1%

Total 3.857.068 57% 2.645.546 39% 242.361 4% 6.744.975 100% 3.850.333 65% 1.863.260 31% 227.952 4% 5.941.545 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237 2% 11.796 0%

Sudeste 1.491.359 22% 609.044 9% 106.824 2%

Sul 735.415 11% 909.048 13% 45.453 1%

Total 3.857.068 57% 2.645.546 39% 242.361 4% 6.744.975 100% 3.850.333 65% 1.863.260 31% 227.952 4% 5.941.545 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237 2% 11.796 0%

Sudeste 1.491.359 22% 609.044 9% 106.824 2%

Sul 735.415 11% 909.048 13% 45.453 1%

Total 3.857.068 57% 2.645.546 39% 242.361 4% 6.744.975 100% 3.850.333 65% 1.863.260 31% 227.952 4% 5.941.545 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237 2% 11.796 0%

Sudeste 1.491.359 22% 609.044 9% 106.824 2%

Sul 735.415 11% 909.048 13% 45.453 1%

Total 3.857.068 57% 2.645.546 39% 242.361 4% 6.744.975 100% 3.850.333 65% 1.863.260 31% 227.952 4% 5.941.545 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237 2% 11.796 0%

Sudeste 1.491.359 22% 609.044 9% 106.824 2%

Sul 735.415 11% 909.048 13% 45.453 1%

Total 3.857.068 57% 2.645.546 39% 242.361 4% 6.744.975 100% 3.850.333 65% 1.863.260 31% 227.952 4% 5.941.545 100%

Região geográfica

Bruto de Resseguro (\*\*)

Líquido de resseguro (\*\*\*)

Vida Rural Demais % Total % Vida Rural Demais % Total %

Centro-Oeste 671.177 10% 791.345 12% 33.532 0%

Nordeste 731.301 11% 212.872 3% 44.756 1%

Norte 227.816 3% 123.237

→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução nº 368/2018), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	2018	2017
<b>1. Ajustes contábeis</b>		
Patrimônio líquido	1.569.718	
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(823)	
Despesas antecipadas	(8.713)	
Dedução dos créditos tributários de diferenças temporárias que excedem 15% do CMR	(1.891)	
Ativos intangíveis	(116.142)	
<b>Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)</b>	<b>1.442.149</b>	
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>		
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	22.839	
Superavit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	640	
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	13.352	
<b>Ajustes econômicos (b)</b>	<b>36.831</b>	

Hierarquia de valor justo	Vencimento			Sem vencimento	Ativos			Total		
	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)		Valor contábil (D)	Valor de curva (E)	Valor justo (F)	Ganho/perda não realizada (G-F)	2018 (E)	% (H)
<b>Títulos</b>										
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>379.377</b>	<b>131.129</b>	<b>38.912</b>	<b>2.953.220</b>	<b>3.502.638</b>	<b>3.502.297</b>	<b>3.502.638</b>	<b>341</b>	<b>3.502.638</b>	<b>58%</b>
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>379.377</b>	<b>131.129</b>	<b>38.912</b>	<b>2.953.220</b>	<b>3.502.638</b>	<b>3.502.297</b>	<b>3.502.638</b>	<b>341</b>	<b>3.502.638</b>	<b>100%</b>
Debêntures	2	18.124	80.315	9.913	108.352	108.207	108.352	145	108.352	3%
Letras financeiras (LF)	2	3.324	9.732	–	13.056	13.042	13.056	14	13.056	0%
Certificado de depósito bancário	2	3.950	–	–	3.950	3.950	3.950	–	3.950	0%
Depósito a prazo com garantia especial	2	–	5.046	–	5.046	5.033	5.046	13	5.046	0%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	2	–	–	–	320.695	320.695	320.695	–	320.695	9%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	–	29.110	28.999	56.909	56.907	56.909	2	56.909	2%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	–	8.126	–	8.126	7.959	8.126	167	8.126	0%
Operações compromissadas (*)	1	353.981	–	–	2.986.507	2.986.507	2.986.507	–	2.986.507	86%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	–	–	–	(1)	(1)	(1)	–	(1)	0%
Outros	1	(2)	–	–	(2)	(2)	(2)	–	(2)	0%
<b>Carteira administrada</b>										
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	2	–	–	–	–	–	–	–	15.060	100%
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>208.328</b>	<b>1.004.578</b>	<b>408.333</b>		<b>1.621.239</b>	<b>1.578.201</b>	<b>1.621.239</b>	<b>43.038</b>	<b>1.621.239</b>	<b>27%</b>
<b>Carteira administrada</b>	<b>208.328</b>	<b>1.004.578</b>	<b>408.333</b>		<b>1.621.239</b>	<b>1.578.201</b>	<b>1.621.239</b>	<b>43.038</b>	<b>1.621.239</b>	<b>100%</b>
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	38.848	178.049	397.144	614.041	581.521	614.041	32.520	614.041	38%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	–	98.511	–	98.511	97.276	98.511	1.235	98.511	6%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	–	269.200	–	269.200	269.270	269.200	(70)	269.200	17%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	66.755	353.395	–	420.150	411.210	420.150	8.940	420.150	26%
Debêntures	2	56.700	–	11.189	67.889	67.763	67.889	126	67.889	4%
Letras financeiras (LF)	2	46.025	105.423	–	151.448	151.161	151.448	287	151.448	9%
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>126.824</b>	<b>807.274</b>			<b>934.098</b>	<b>934.098</b>	<b>975.624</b>	<b>41.526</b>	<b>934.098</b>	<b>15%</b>
<b>Fundo de investimento</b>	<b>126.824</b>	<b>807.274</b>			<b>934.098</b>	<b>934.098</b>	<b>975.624</b>	<b>41.526</b>	<b>934.098</b>	<b>100%</b>
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	95.373	653.711	–	749.084	749.084	779.695	30.611	749.084	80%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	31.451	153.563	–	185.014	185.014	195.929	10.915	185.014	20%
<b>Total</b>	<b>714.529</b>	<b>1.942.981</b>	<b>447.245</b>	<b>2.953.220</b>	<b>6.057.975</b>	<b>6.014.596</b>	<b>6.099.501</b>	<b>84.905</b>	<b>6.057.975</b>	<b>100%</b>

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

**b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - “*Market to Model*” do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na BCLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

**d) Taxa de juros contratada:**

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	11,88%	8,05%	11,88%	9,47%
LTN	10,31%	7,78%	13,31%	8,14%
CDB	107,25% do CDI	107,25% do CDI	–	–
DPGE	108% do CDI	108% do CDI	–	–
NTN-B	IPCA + 7,71%	IPCA + 3,82%	IPCA + 7,71%	IPCA + 2,79%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	13,82%	13,40%
Debênture	111,5% do CDI	104,25% do CDI	111,50% do CDI	104,25% do CDI
Debênture	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.
Debênture	CDI + 0,98% a.a.	CDI + 0,35% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Letra financeira	107,50% do CDI	102,75% do CDI	107,50% do CDI	102,75% do CDI

**e) Movimentação das aplicações financeiras:**

	Saldo em 2017	Aplicações	Resgates	Ajuste ao valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2018
Valor justo por meio do resultado	<b>3.345.835</b>	5.600.088	(5.626.087)	–	–	182.802	<b>3.502.638</b>
Disponíveis para venda	<b>1.198.816</b>	560.666	(284.093)	22.985	3.758	119.107	<b>1.621.239</b>
Mantidos até o vencimento	<b>1.317.654</b>	–	(495.353)	–	–	111.797	<b>934.098</b>
<b>Total</b>	<b>5.862.305</b>	<b>6.160.754</b>	<b>(6.405.533)</b>	<b>22.985</b>	<b>3.758</b>	<b>413.706</b>	<b>6.057.975</b>

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Ajuste ao valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	<b>3.020.162</b>	5.113.206	(5.074.090)	–	–	286.557	<b>3.345.835</b>
Disponíveis para venda	<b>1.146.115</b>	277.321	(354.217)	27.770	(1.294)	103.121	<b>1.198.816</b>
Mantidos até o vencimento	<b>1.499.083</b>	–	(291.599)	–	–	110.170	<b>1.317.654</b>
<b>Total</b>	<b>5.665.360</b>	<b>5.390.527</b>	<b>(5.719.906)</b>	<b>27.770</b>	<b>(1.294)</b>	<b>499.848</b>	<b>5.862.305</b>

## 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

Derivativos	2018				Vencimento
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	
DI FUT (LTN)	(73)	7.348	6.096	(2)	Acima 360 dias
<b>Total</b>	<b>(73)</b>	<b>7.348</b>	<b>6.096</b>	<b>(2)</b>	

  

Derivativos	2017				Vencimento
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	
DI FUT (LTN)	(850)	85.000	84.955	–	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	48.414	(4)	Entre 180 e 360 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	8.058	–	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	7.403	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(36)	3.628	3.105	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(4)	403	377	–	Entre 180 e 360 dias
<b>Total</b>	<b>(1.552)</b>	<b>155.155</b>	<b>152.312</b>	<b>(8)</b>	

## 8. PRÊMIOS A RECEBER

**a) Prêmios por segmento:**

Ramos agrupados	2018		2017	
	Prêmios a receber	Redução recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Prestamista	1.313.961	(12.241)	1.301.720	1.461.348
Vida individual	252.128	(7.199)	244.929	189.322
Seguro de vida do produtor rural	151.159	(864)	150.295	155.583
Vida em grupo	142.913	(6.884)	136.029	151.396
Seguro agrícola com cobertura do FESR	100.463	(4.867)	95.596	100.952
Demais ramos	276.240	(11.508)	264.732	258.984
<b>Total</b>	<b>2.236.864</b>	<b>(43.563)</b>	<b>2.193.301</b>	<b>2.317.585</b>

(\*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3d ii

**b) Movimentação de prêmios a receber:**

	2018	2017
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.256.914</b>	<b>2.522.803</b>
(+) Prêmios emitidos	9.763.323	9.322.085
(+) IOF	(59)	(636)
(+) Adicional de Fracionamento	25	(146)
(-) Prêmios cancelados	(2.308.578)	(2.439.052)
(-) Recebimentos	(7.535.432)	(7.105.521)
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável	17.108	(42.619)
<b>Saldo final</b>	<b>2.193.301</b>	<b>2.256.914</b>

**c) Composição por prazo de vencimento:**

	2018	2017
A vencer até 30 dias	536.524	580.877
A vencer de 31 a 60 dias	130.563	106.911
A vencer de 61 a 120 dias	145.263	127.043
A vencer de 121 a 180 dias	131.764	115.220
A vencer de 181 a 365 dias	246.869	229.346
A vencer acima de 365 dias	885.104	967.384
<b>Total a vencer</b>	<b>2.076.087</b>	<b>2.126.781</b>
Vencidos até 30 dias	97.682	109.810
Vencidos de 31 a 60 dias	13.709	14.371
Vencidos de 61 a 120 dias	4.498	5.028
Vencidos de 121 a 180 dias	564	419
Vencidos de 181 a 365 dias	615	304
Vencidos acima de 365 dias	146	201
<b>Total vencidos</b>	<b>117.214</b>	<b>130.133</b>
<b>Total</b>	<b>2.193.301</b>	<b>2.256.914</b>

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

## 3. Capital mínimo requerido

Capital base - CB	15.000
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)</b>	
Capital de risco de subscrição	797.742
Capital de risco de crédito	107.884
Capital de risco operacional	27.612
Capital de risco de mercado	48.243
Correlação entre os riscos	(83.083)
<b>Capital mínimo requerido (c)</b>	<b>898.398</b>
<b>Suficiência de capital (d = a + b - c)</b>	<b>580.582</b>
<b>Suficiência de capital (d/c)</b>	<b>65%</b>
<b>Índice de Solvência [e = (a + b)/c]</b>	<b>1,65</b>

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco (a)	898.398
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016- 20% sobre CR	179.680
Ativos livres - nota explicativa n° 21 (b)	1.142.773
<b>Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)</b>	<b>127,20%</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Banco	2018	2017
Equivalentes de caixa	2.025	142
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>18.307</b>	<b>31.560</b>

## 6. APLICAÇÕES

**a) Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados



→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Receitas financeiras - Outras</b>	<b>(3)</b>	—
Banco do Brasil S.A.	(5)	—
MAPFRE TECH	2	—
<b>Despesas financeiras - Outras</b>	<b>(358)</b>	—
IRB Brasil Ressegurador S.A.	(310)	—
MAPFRE RE Companhia de Reaseguros S.A.	(48)	—
<b>Despesas financeiras - Taxa de Administração</b>	<b>(12.135)</b>	<b>(15.020)</b>
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(12.135)	(15.020)
<b>Total do resultado</b>	<b>(2.118.670)</b>	<b>(1.935.173)</b>

(\*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas da Brasilseg.

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo.

Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 5.787 (R\$ 4.942 em 31 de dezembro de 2017). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais da Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

### 28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.134 (R\$ 1.067 em 31 de dezembro de 2017).

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
CIBA 48

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

**Joel Garcia**  
Atuário MIBA 1131

### Anexo I COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>8.100.437</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas(*)</b>	<b>7.779.971</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>711.419</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>166.562</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)</b>	
Provisões Técnicas auditadas (a)	7.779.971
Valores redutores auditados (b)	3.221.687
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>4.558.284</b>
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	898.398
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>898.398</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.478.980
Exigência de Capital (CMR) (b)	898.398
<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>580.582</b>
Ativos Garantidores (d)	5.701.057
Total a ser Coberto (e)	4.558.284
<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>1.142.773</b>
Ativos Líquidos (g)	1.142.773
Capital de Risco (CR) (h)	898.398
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)</b>	<b>127,20%</b>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	
1601	24
1384	200
1384, 0990, 1390	800
1329	1.100
0929	2.400
1101, 1107	500
0977, 0982, 0984, 1061, 1065, 1130, 1162, 1381	3.000
0993, 1102, 1391, 2293	3.200
0114, 1198	5.000
0118	7.500

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

**Companhia de Seguros Aliança do Brasil**

São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Fernando Antônio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 1SP252419/O-0

### DIRETORIA

**Fernando Barbosa de Oliveira**  
Diretor Presidente

**Sérgio Wagner Marins Barbosa**  
Diretor Vice-Presidente

**Enrique De La Torre Velasco**  
**Paulo Manuel Ferreira Leite Almeida**  
**Camilo Buzzi**

### CONTADORA

**Simone Pieretti Gonçalves**  
CRC 1SP 183717/O-5

### ATUÁRIA

**Adriana Nery Osassa Okada**  
MIBA 1031



**Seguros para Agronegócios**